

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Ibaneis doou R\$ 690 mil em salários até agora

Em três anos e quatro meses à frente do Palácio do Buriti, o governador Ibaneis Rocha (MDB) abriu mão de R\$ 690.372,50 em salários. O valor corresponde aos vencimentos de 2019 a 2021. O dinheiro foi repassado para o Instituto do Carinho, Obra Social Nossa Senhora da Glória — Fazenda da Esperança, Associação Casa de Recuperação Vida Nova, Centro de Reintegração Deus Proverá, Comunidade de Renovação Esperança e Vida Nova (Crevin) — Lar do Idoso e Casa do Ceará. Por causa da legislação eleitoral, em 2022, ele não doou os salários ainda neste ano. O dinheiro está sendo aplicado numa conta bancária e será doado no fim do ano. Falta ainda definir quais entidades serão beneficiadas. Até o fim do mandato, a doação deverá chegar a R\$ 930,3 mil.

Ed Alves/CB/D.A Press



À QUEIMA-ROUPA

DESEMBARGADOR CRUZ MACEDO,

presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT)



ED ALVES/CB/D.A.PRESS

“A preocupação deve ser com o estrito cumprimento da Constituição e a última palavra será sempre do Supremo Tribunal. É assim que deve ser”

Nesses dois anos à frente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, o que marcará a sua administração?

Temos alguns projetos estratégicos já consolidados, afinados com as diretrizes e estratégias que estarão no Plano de Gestão Bienal, a ser apresentado ao Tribunal Pleno ainda este mês. Destaco a consolidação da cultura da inovação, a fim de criar uma política de permanente evolução e acesso facilitado ao Poder Judiciário, na qual as novas tecnologias terão papel fundamental. Pretendo aperfeiçoar os serviços digitais no TJDFT, com ampliação da infraestrutura de tecnologia, para assegurar a satisfação dos usuários, sem prejuízo da atenção aos jurisdicionados que não dispõem dos meios de acesso digital, de modo a assegurar o direito a uma prestação jurisdicional com qualidade, celeridade e eficiência, seja de forma presencial ou virtual.

O senhor entrou na magistratura pelo quinto constitucional da OAB. Acredita que um presidente com esse perfil tem um diálogo maior com a sociedade e com os advogados?

Foi uma longa experiência na advocacia, o que me aproximou muito da sociedade, de suas carências e desigualdades. Isso pode ajudar na gestão. Já estou com mais de vinte anos na magistratura. São experiências diversas, mas complementares. Posso afirmar que teremos um permanente diálogo com os poderes constituídos, com a sociedade civil e as instituições que são essenciais à Justiça, como a OAB e o Ministério Público, com a segurança de contar sempre com os nossos valorosos magistrados e servidores, buscando as melhorias na prestação da justiça. O diálogo é essencial e sempre facilita a melhor solução para os conflitos.

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defende com veemência a aprovação da PEC 63/2013, que estabelece quinquênios para juízes e integrantes do Ministério. Acha essa demanda justa?

Existe uma enorme distorção no modelo de remuneração dos magistrados. Com o sistema de subsídio, um juiz que entra na carreira recebe o mesmo valor de quem se aposenta depois de décadas de serviço. Isso não é razoável em nenhuma atividade. Acho justo corrigir essa situação. Tem que existir o reconhecimento e a compensação remuneratória pela experiência acumulada e pelos anos de serviços prestados, mas também como um estímulo para atrair pessoas preparadas, com vocação e talento para a carreira. A valorização do tempo de magistratura vem exatamente neste sentido.

O conflito entre o STF e o Executivo federal preocupa a magistratura?

O magistrado é talhado para entender e resolver os conflitos. É chamado, a todo tempo, para resolvê-los, e o seu papel é pacificar. Quando se fala de uma tensão entre poderes, a constituição sempre terá a solução: eles devem conviver de forma independente e harmônica. A preocupação deve ser com o estrito cumprimento da Constituição e a última palavra será sempre do Supremo Tribunal. É assim que deve ser.

O TJDFT precisou se fechar por conta da pandemia e muitas sessões passaram a ser por videoconferência. Acredita que esse modelo atrapalha a atuação de advogados ou, mesmo com a volta às atividades presenciais, é possível manter algumas audiências à distância?

O nosso Tribunal jamais parou, mesmo durante a pandemia. Os juízes continuaram decidindo, de dia e de noite, milhares de casos, assegurando os direitos mais relevantes da população do DF. Em um período difícil e de afastamento, o modelo de audiência por videoconferência funcionou bem. Graças ao processo eletrônico e às novas tecnologias de acesso, a Justiça garantiu o seu funcionamento contínuo. No caso do TJDFT, o acesso foi ampliado, a produtividade aumentou e os custos diminuíram. Então, o modelo híbrido ou remoto foi aprovado. Já temos a possibilidade de processos que, desde a distribuição, terão seus atos realizados de forma 100% virtual, com a concordância das partes. Temos que considerar os ganhos tecnológicos que surgiram com a pandemia e tirar proveito deles. Não podemos ter medo das mudanças. Muitos juízes e advogados preferem o sistema de audiências por videoconferência, ainda que outros vejam desvantagens. O certo é que hoje não podemos fugir do processo eletrônico e os modelos devem conviver.

Qual será o principal desafio de sua gestão?

Manter o elevado padrão de prestação jurisdicional que levou o TJDFT a ser nacionalmente reconhecido; levar a termo o processo de retomada das atividades, considerando as conquistas e os novos modelos de trabalho que permitam conciliar produtividade, eficiência e boa gestão da atividade judicial, sem descuidar da saúde dos magistrados e servidores; a reforma do Palácio da Justiça, para permitir o retorno ao nosso tradicional plenário de julgamentos e aos eventos institucionais. São desafios que pretendemos vencer com muito trabalho e rigoroso planejamento, no curto período de dois anos.

Breno Fortes/CB/D.A Press



Esperança para defesa de Arruda

A decisão do ministro André Mendonça, do STF, de enviar o processo do panetone para a Justiça Eleitoral deu esperanças para os advogados do ex-governador José Roberto Arruda (PL). É que, ao analisar detalhadamente o processo, os depoimentos e as provas, Mendonça considerou que os fatos têm relação com a campanha à reeleição. Arruda foi condenado, neste caso, por falsidade ideológica na confecção de recibos que justificaram o recebimento de dinheiro das mãos de Durval Barbosa. Para o ministro do STF, Arruda agiu assim, preparando uma suposta história-cobertura, em parte, por interesse em manter a elegibilidade. Logo, o crime, se houve, deve ser analisado pela Justiça Eleitoral.

Caso a caso

Ao julgar o habeas corpus impetrado pelos advogados de Arruda, o ministro André Mendonça anulou a condenação de dois anos e 11 meses, mas não estendeu a decisão a todos os processos da Operação Caixa de Pandora. Agora, a defesa pensa em uma nova estratégia: destrinchar cada ação penal da Pandora para mostrar a Mendonça a relação de cada caso com questões eleitorais. Se ele considerar os argumentos, todos os processos serão enviados para a Justiça Eleitoral.

Recurso no STJ

A grande vitória ocorrerá se o STF considerar que o processo relacionado à compra de testemunha arrolada na Pandora, o jornalista Edson Sombra, também tem relação com questões eleitorais. Esse é o único processo até o momento, na esfera penal, que impõe a inelegibilidade de Arruda. O ex-governador foi condenado a cinco anos e 20 dias de reclusão e aguarda o julgamento de um recurso no STJ.

Prescrição

Para recuperar a elegibilidade, Arruda precisa também derrubar as condenações da Operação Caixa de Pandora relacionadas a improbidade administrativa. Para isso, a defesa peticionou apontando prescrições, com base na nova Lei de Improbidade.



MANDOU BEM

A reforma do Teatro Nacional Cláudio Santoro foi liberada pelo Tribunal de Contas do DF. Os conselheiros decidiram, por unanimidade, autorizar a retomada do edital de licitação para a reforma da Sala Martins Pena, que receberá um aporte de R\$ 55 milhões. A obra é uma das prioridades da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do DF.



MANDOU MAL

Dois auditores fiscais e uma outra pessoa foram presos na Operação Ludibri, realizada pela Delegacia de Repressão à Corrupção, em parceria com o Ministério Público do DF. Eles são suspeitos de cobrar propina para fazer vista grossa para irregularidades envolvendo imóveis e para emitir alvarás de construção e habite-se.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

O senador José Antônio Reguffe (UB-DF) apresentou uma emenda que estende aos policiais federais e civis os benefícios da PEC 63/2013, aquela que trata da recriação dos quinquênios para as carreiras de juízes e integrantes do Ministério Público.

Valter Campanato/Agência Brasil



Festa para Damares com casal Bolsonaro

O lançamento oficial da pré-candidatura de Damares Alves ao Senado pelo Republicanos deve ocorrer em 7 de junho, com a presença do presidente Jair Bolsonaro, da primeira-dama, Michelle Bolsonaro, e do ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio Freitas. Será uma grande festa. Só falta confirmar o local, segundo o presidente regional do Republicanos, Wanderley Tavares.

Em peregrinação

As primeiras-damas do Brasil, Michelle Bolsonaro, e do DF, Mayara Noronha Rocha, postaram belas fotos na peregrinação à Terra Santa, em Israel. As duas fizeram programas juntas e curtiram a viagem a Israel, ao lado de Damares Alves.



Instagram

Desafio é ser conhecido

O grande desafio do deputado distrital Leandro Grass (PV), escolhido pré-candidato da federação PT-PV-PCdoB ao governo do DF, é se tornar mais conhecido. Ele foi professor de sociologia no Maristão e tem uma rede forte entre jovens e adolescentes, principalmente no Plano Piloto, mas precisa ampliar esse grupo nos próximos meses.



ED ALVES/CB/D.A.PRESS

“É expropriação que fala? Ou seria mais adequado 100 anos de perdão?”

Deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), sobre assalto ao filho do ex-presidente Lula



Cleia Viana/Câmara dos Deputados

“Família nojenta que comemora a desgraça dos outros... Também é o que resta né, é uma família que não tem vitórias para comemorar...”

Luis Cláudio Lula da Silva, rebatendo os ataques



Ernesto Rodrigues/Agência Estado



SÓ PAPOS